

AGNELO JOSÉ RAMOS

PROJECTO DE INTERVENÇÃO

TÍTULO:

**CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DA
EDUCAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO DA CRUZ
SILVA – SANTA CRUZ**

**COMPLEMENTO DE LICENCIATURA EM SUPERVISÃO E
ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA**

UNICV Setembro de 2010

AGNELO JOSÉ RAMOS

**Criação de Associação dos pais e encarregados da educação da Escola
Secundária Alfredo da Cruz Silva – Santa Cruz**

**Aprovado pelos Membros do Júri e Homologado pelo Conselho
Científico, como requisito na obtenção do Grau de Licenciatura em
Supervisão e Orientação Pedagógica.**

Praia, de de 2010

O Juri

.....
.....
.....

INDICE

Introdução	2
1. Caracterização da ESACS	4
2. Objectivos do Projecto	6
3. Fundamentação Teórica.....	7
4. Metodologia	20
5. Plano de Acção	21
6. Estratégias de Intervenção.....	23
7. APEESACS – Cronograma	24
8. Responsável pela Execução do Projecto	25
9. Beneficiários	25
10. Resultados Esperados	25
11. Orçamento	26
12. Análise	26
Considerações finais.....	28
Bibliografia.....	29
Anexos.....	30

INTRODUÇÃO

O presente trabalho da elaboração de projecto de intervenção, destina – se a obtenção do grau de licenciatura em Supervisão e orientação Pedagógica.

Em termos de conteúdo, tem como objectivo dar a conhecer as linhas para um projecto de intervenção na Escola Alfredo da Cruz Silva, adiante designado por ESACS, visando a vertente relação escola - comunidade, as quais se estruturam no cumprimento de um serviço público substanciado na valorização da escola enquanto pólo social e cultural.

Consideramos, por isso, que elaborar um projecto de intervenção que é a criação e implementação da Associação dos pais e encarregados de educação obriga, efectivamente, a leitura atenta das orientações emanadas pela Comissão Internacional sobre a educação para o Século XXI que, reflectindo sobre as modificações sociais, económicas e políticas que atravessamos, invoca quatro pilares básicos da educação nomeadamente aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser (Delors, 1996).

“Aprender a conhecer” é primeiramente, desenvolver o aspecto cognitivo, despertar a sede de conhecimento e o pensamento crítico. É também dotar o indivíduo de uma cultura geral suficientemente que lhe desperte o gosto e lhe sirva de base à aprendizagem ao longo da vida. Neste particular, a Associação dos pais e encarregados de educação, tem a legitimidade para intervir e avançar propostas interessantes sobre a qualidade de ensino, fazendo da escola um espaço onde haja mudanças positivas no que diz respeito ao processo ensino – aprendizagem e de uma gestão participativa.

“Aprender a fazer”, para além de consistir em aplicar, na prática, os conhecimentos teóricos através da aprendizagem de uma profissão, é munir o indivíduo de competências, que o preparem para enfrentar as mais variadas situações da sua existência.

“Aprender a viver” com os outros, trata – se de desenvolver o conhecimento acerca dos outros (histórias, culturas, costumes, tradições) e a partir daí criar “um espírito novo que conduz a realização de projectos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos”. (Delors, 1996)

JUSTIFICATIVA

O curso de Supervisores e Orientadores Pedagógicos tem como finalidade:

- ✓ Planear, organizar e coordenar as actividades pedagógicas e de ensino das escolas;
- ✓ Avaliar o desempenho /eficácia pedagógicas e de ensino das escolas;
- ✓ Organizar programas de formação contínua dos professores numa perspectiva de inovação pedagógica;
- ✓ Dinamizar as relações interpessoais na escola, inter-escolas e entre a escola e a família e a comunidade;
- ✓ Fomentar uma cultura de cidadania e de participação democrática da escola;
- ✓ Criar, na escola, um ambiente saudável, aprazível, favorável ao processo educativo;
- ✓ Identificar, organizar, executar e avaliar programas e projectos educativos;
- ✓ Dinamizar a integração das experiências e dos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas curriculares;
- ✓ Investigar problemas relacionados com as interacções professor/aluno/comunidade, propondo soluções.

Na qualidade de técnicos da área, devemos ser capazes de identificar as necessidades de intervenção e agir em conformidade. A forma como vemos hoje a educação não é a mesma que se via há vinte e cinco anos e muito menos há um século, ou seja, aquilo que observamos presentemente é o produto do paradigma vigente.

Segundo Jalmir Brelaz (http://www.parapsicologia.org-brArtigo_08.htm) “as mudanças paradigmáticas influenciam tanto normativamente como cognitivamente todo um sistema, visto que elas contêm informações a respeito da natureza e da realidade, deferindo, inclusive, também o campo de problemas, os métodos e técnicas de abordagem e os critérios padrões de solução”.

No passado recente a política educativa era decidida pelos órgãos centrais, actualmente em quase todos os países a autonomia das escolas e a descentralização

constituem aspectos fundamentais de uma nova organização da educação. A referida descentralização poderá ser melhor conseguida se de facto houver uma efectiva participação de todas as instituições da comunidade nomeadamente: as famílias, Igrejas, Associações etc. Sendo estas conhecedoras das reais necessidades e potencialidades da comunidade.

Esta nova abordagem implica a integração de forma activa a participação dos pais e encarregados da educação de modo a que a escola possa produzir a sua própria identidade.

Em suma, diria que a minha motivação em trabalhar este projecto de intervenção que é a criação e implementação de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação, deve-se ao facto de, neste momento, não existe nenhuma associação de pais, pelo que ficará difícil a sistematização da relação entre a escola e a comunidade.

Devo salientar também que o cumprimento da Lei está em causa pois o Artigo 4º da Lei de Base do Sistema Educativo estipula que:

- Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação.
- A família, as comunidades e as autarquias locais têm o direito e o dever de participar nas diversas acções de promoção e realização da educação

Como encarregados de educação, a minha motivação é dupla, pois tenho responsabilidades por enquanto tal.

O presente projecto deve ser concretizado em dois anos lectivos, disponibilizando todo o empenho e dedicação ao serviço da comunidade educativa.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ESACS

A Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva, (ESACS) Concelho de Santa Cruz, surgiu no ano lectivo 1993/94, por iniciativa dos líderes municipais. Na altura, funcionou com quatro salas, três das quais frequentadas por alunos do primeiro ano do curso geral e uma do segundo ano, num total de cento e quarenta alunos (140) sob a responsabilidade de oito professores, coordenados directamente pelo Ministério da Educação que também assegurava os proventos dos mesmos.

No ano de 2003, a escola viu o seu espaço aumentado com a construção de mais um edifício com vinte e cinco (25) salas de aula, uma biblioteca, uma cantina, um laboratório, uma sala de desenho e uma sala dos professores.

Actualmente com 3452 alunos e **126** professores a Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva (ESACS) é, sem dúvida, uma das maiores escolas do país.

Esta é uma das razões que nos levou a elaborar o presente projecto de intervenção, de modo a criar e implementar uma Associação dos País e Encarregados da Educação, de forma a apoiar a referida escola na implementação do seu projecto político /pedagógico.

2. OBJECTIVOS DO PROJECTO.

Atento às debilidades da escola em implementar a Associação dos pais e encarregados da educação, tendo em conta a necessidade da criação desta, torna – se necessária a articulação das diferentes lógicas de intervenção e as orientações emanadas pelos normativos legais em vigor, traçam – se os seguintes objectivos,

2.1. OBJECTIVO GERAL:

- ✓ *Contribuir para uma estreita colaboração entre a Direcção da Escola e todos os membros da Comunidade Educativa, tendo como base uma política de respeito aos valores da pessoa humana:*

2.2. Objectivos Específicos.

- ✓ *Dotar a Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva de uma Associação dos Pais e Encarregados da Educação;*
- ✓ *Desenvolver a capacidade participativa de pais e encarregados de educação na vida da Escola;*
- ✓ *Contribuir para uma gestão partilhada na escola Secundária Alfredo da Cruz Silva;*
- ✓ *Promover uma real assumpção dos pais e encarregados da educação como responsáveis pelos sucessos escolares e educativos dos seus filhos/educandos;*
- ✓ *Identificar áreas e estratégias de intervenção dos pais e encarregados de educação que reforçam a participação na gestão da escola;*
- ✓ *Ajudar os filhos a desenvolverem hábitos de trabalho e atitudes de cooperação, nomeadamente: assiduidade, pontualidade e cumprimento atempado das suas obrigações escolares, respeito pelo trabalho dos colegas e disponibilidade para a entreaajuda;*
- ✓ *Colaborar na vida da escola, conhecendo e participando do desenvolvimento do projecto educativo e do plano anual de actividades;*
- ✓ *Intervir junto de entidades oficiais e particulares, por si ou em conjugação com o Conselho directivo, sempre que a sua acção possa ser de interesse dos alunos;*
- ✓ *Promover e colaborar na dinamização e realização de actividades culturais, recreativas, desportivas e de ocupação de tempos livres, debates, sessões de estudo ou outras actividades afins sobre problemas da educação.*

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pretendemos discorrer neste subcapítulo os termos da Lei de Bases do Sistema Educativo que enformam o ideário da relação escola - Comunidade em Cabo Verde sem esquecer de fazer referência aos investigadores que também estudaram o assunto.

Nos últimos trinta anos ocorrem transformações profundas em Cabo Verde e embora se reconheça que elas vêm acontecendo em todos os sectores da sociedade cabo-verdiana, é no sector educativo que elas se vão dando de forma profunda e com grande dinâmica.

Ultrapassada a fase dos primórdios da independência em que a meta fundamental era a de abertura da escola a todos os segmentos da população cabo-verdiana, o país decide nos meados dos anos 1980, conhecer e implementar a reforma integral do seu sistema educativo.

As principais acções desenvolvidas no quadro da reforma do sistema educacional foram, entre outras:

- 1 – A transformação estrutural do sistema,
- 2- A produção de novos planos de estudo, programas e materiais didácticos,
- 3- A implementação de uma nova estratégia para a educação de jovens e adultos,
- 4- A consolidação e expansão do sistema de apoios socioeducativos a expansão, a ampliação e melhoria das instalações físicas, bem como a formação de professores.

Contudo, passados alguns anos sobre a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n ° 103/III/90, de 29 de Dezembro), com alterações introduzidas pela nova Lei de Bases do Sistema Educativo, eis que surgem novos desafios para a educação num mundo em constante evolução. Só assim se entende o motivo, os desafios propostos pela Lei de Bases, baseada nos princípios da qualidade, da equidade, de pertinência social, económica, da participação das famílias na gestão do sistema e da descentralização dos parceiros sociais.

Com base nestes princípios, torna-se imprescindível a adopção de estratégias que visem uma participação activa dos pais e encarregados de educação na vida da escola, pois surge como politicamente justificável em termos de cidadania democrática, mas, mais do que isso, se revela elemento indispensável à democratização da escola.

Como escreveu Paulo Freire (1991, 127) a esse propósito, “é absolutamente impossível democratizar a nossa escola sem abri-la à presença realmente participante dos pais e da sua própria vizinhança nos destinos dela”.

Licínio Lima (2003, 70-90), a propósito da participação da comunidade na escola refere-se a “**participação organizada**”. Tal exige, pelo menos do ponto de vista formal, a organização da escola para a participação ou seja, a criação de estruturas e de órgãos em que essa participação se passaria a realizar, configurando, desta feita, uma situação “democrática”. Consubstanciada na ideia e na designação de “gestão democrática das escolas”, a participação de professores e de alunos está radicada num quadro de valores que, embora jamais tenha sido consensual, entronca na própria ideia de democracia e nos próprios projectos de um país democrático. Participar é um direito reclamado e conquistado através da afirmação de certos valores (democráticos) e da negação de outros que estiveram na base de uma situação de não participação forçada, ou imposta.

Na linha do mesmo autor, o quadro conceptual assim desenhado, para além de assumir a defesa de participação enquanto valor, à luz de uma democracia participativa, alargada às organizações, não rejeita o significado político e o capital simbólico que em seu torno foram desenvolvidos num país democrático. Não remeto, portanto, o estudo da participação para o quadro das técnicas de gestão nem para o domínio das tecnologias pedagógicas, antes a entendendo por referência a um projecto político democrático, como afirmação de interesses e de vontades, enquanto elemento limitativo e mesmo inibidor da afirmação de certos poderes, como elemento de intervenção nas esferas de decisão política e organizacional, factor quer de conflitos, quer de consensos negociados. Por isso se rejeita uma concepção imanentista de participação, admitindo-se a participação, e se orienta o seu estudo na perspectiva de um fenómeno social e político que, enquanto tal, e dadas as suas repercussões em termos de poder, não é um pressuposto, ou um dado mais ou menos omnipresente.

Sendo a escola uma organização, importa enquadrar o nosso trabalho à luz das teorias sobre a participação social nas organizações. O estudo da participação nas organizações difere, certamente, do estudo da participação em outras instituições e em grupos de facto, de acesso não voluntário, a que Albert Meister (1974: 26) chamou “participação de facto”, bem como deve ser distinguido do estudo daquilo que poderíamos designar por mínimos de participação exigidos a quem pertence a uma organização (ser parte ou tomar parte, mais do que participar ou ser participante). De contrário, seremos forçados a concluir que professores e alunos participam na escola pelo simples facto de serem membros da organização e de aí desenvolverem actividades como ensinar e aprender, leccionar aulas e frequentar aulas, avaliar e ser avaliado etc.

Na medida em que tais actividades podem ser consideradas imprescindíveis para que se possa falar de escola e de processo de ensino-aprendizagem, elas são requisitos decorrentes de status e das atribuições dos respectivos membros. Representam, quando muito, e se insistir em utilizar a palavras participação, uma forma de “participação imposta” que deve ser claramente distinguida da participação na decisão, no governo, na organização e administração da escola.

Uma vez consagrada como direito e como instrumento da realização de democracia, a participação na educação e, designadamente, na escola, assume contornos normativos. Deste ponto de vista, a passividade e a não participação representam uma ruptura preocupante, assumindo, num primeiro momento e por referência àquele princípio normativo, contornos considerados negativos. Conquistada como princípio e consagrada enquanto direito, a participação deve constituir uma prática normal, esperada e institucionalmente justificada. Em Cabo Verde, a escola conta com vários normativos a esse respeito. Na prática, a Subdirecção para a relação escola-comunidade é prova disso, que no nosso entender precisa de ser feita uma análise aprofundada da questão, visando uma relação mais frutífera entre a escola e a comunidade.

Considerada como direito, como garantia e até como dever cívico, a participação constitui um princípio exposto no plano das orientações para acção organizada, sujeita a regulamentação formal – legal. Haverá, portanto, que considerar as formas da tradução normativa e organizacional da participação enquanto princípio político, analisando eventuais incongruências e estudando os sentidos que lhe são fixados. Mas, ainda no plano das orientações, é indispensável considerar a participação do ponto de vista dos actores participantes, sujeita, eventualmente, a outros tipos de orientações de objectivos, de interesses, de estratégias, tornando por base outros tipos de regras.

Enquanto a participação consagrada e a participação decretada relevam de plano de orientações externas, ou externamente produzidas (podendo, em graus variáveis, integrar pontos de vista e reivindicações dos actores), a consideração do plano das orientações internas, ou internamente produzidas pelos actores, conduz-nos a distinção entre participação regulada por regras não - formais (ou participação não - formal). À medida que se transita do plano das orientações externas e da participação decretada, formal, para o plano das orientações internas, pode-se afirmar que as regras apresentarão níveis sucessivamente menores de estruturação e de formalização, ao ponto de, no tocante às regras informais reguladoras da participação, se poder falar com maior rigor em regularidade.

Ao transitar-nos do plano teórico de orientações para o plano de acção organizacional não se depreenda que a participação estará apenas sujeita às orientações

e aos tipos de regras apresentadas, nem que ela é apenas sujeita a orientações, quando, na verdade, pode ela própria, estar na origem da produção de orientações, configurando-se desta forma como meta participação (Lima, 2003:76). Assim, auguramos que a associação de pais, além de ser algo enquadrado nos normativos da instituição educacional constitua também numa fonte de retro alimentação e aperfeiçoamento dos normativos educacionais.

De acordo com o quadro teórico traçado nas secções anteriores, o estudo de participação na escola há – de ser realizado, ainda, pela consideração do plano de acção organizacional, plano de actividades, no nosso caso. Esta tomará, mais ou menos, como referencia as orientações e as regras anteriormente consideradas para além de poder certamente ser condicionada por uma multiplicidade de elementos que, embora admitidos, não constituem objectos deste estudo. A participação praticada será classificada de acordo com a selecção de quatro critérios: (1) Democraticidade; (2) Regulamentação; (3) Envolvimento; (4) Orientação, na base dos quais distinguirei vários tipos e graus de participação. (Lima, 2003, 70-90)

Democraticidade

Enquanto instrumento privilegiado de realização da democracia, a participação representa uma forma de limitar certos tipos de poder e de superar certas formas de governo, garantindo a expressão de diferentes interesses e projectos com circulação na organização e a sua concorrência democrática em termos de influência no processo de tomada de decisões. De entre outros aspectos que podem ser associados ao carácter democrático da participação, destaca-se aqui o tipo de intervenção previsto para os actores participantes, consoante o seu acesso e a sua capacidade de influenciar a decisão, e de decidir, assumir formas de intervenção directa ou indirecta. (Lima, 2003: 74)

Participação Directa

Revelada concepção mis antiga de democracia, facultando a cada individuo, dentro de critérios estabelecidos, a sua intervenção directa no processo de tomada de decisões, realizada tradicionalmente pelo exercício do direito de voto (um homem/uma mulher, um voto). Dispensa a mediação e a representação de interesses, podendo ser actualizada em diversos níveis organizacionais – desde o nível político-constitucional, através de assembleias-gerais deliberativas, por exemplo, até níveis mais elementares (uma parte da organização, um departamento ou unidade, etc.), dentro de certas áreas de

autonomia reconhecida. Face á grande dimensão da maior parte das modernas organizações formais, existe uma tendência para consagrar a participação directa em níveis intermédios e operacionais e, por vezes, em áreas de intervenção pretensamente técnicas ou do domínio da execução, dotadas de certa autonomia. Nestes casos, porém, a participação na definição das políticas organizacionais, de âmbito geral, assume já, frequente, figurinos de carácter representativo. (Lima, 2003: 73)

Participação Indirecta

É uma forma de participação mediatizada, realizada por intermédio de representantes designados para o efeito. Instituída com base nas dificuldades e, por vezes, no inconvenientes, em fazer participar directamente todos os interessados no processo de tomada de decisões, a participação indirecta é levada a cabo através de representantes, os quais podem ser designados por diferentes formas e com base em diferentes critérios: eleição directa por todos os membros da organização ou somente por certas categorias, eleição no âmbito de certos departamentos, eleição individual ou por lista, variando os critérios de elegibilidade ou recorrendo a combinações de diferentes processos de designação (eleição-nomeação- concurso...) etc.

Designados por diversas formas, os representantes podem também assumir diferentes tipos de representação: da representação livre à representação vinculada ou imperativa, isto é, o representante pode assumir-se como fiduciário (representante dos interesses gerais) ou como delegado (representante de interesses particulares). Se, enquanto delegado, o representante for revogável em qualquer momento, por iniciativa dos representados, estaremos perante uma forma de participação que, embora classificada como indirecta, estabelece um compromisso com a participação directa, podendo mesmo ser vista como uma forma intermédia (representação por mandato revogável como uma participação semidirecta). (Lima, 2003: 75)

Regulamentação

Nas organizações formais, a participação é, geralmente, uma participação organizada que carece de regulamentação. A existência de regras de participação constitui, de resto, não só um requisito organizacional, justificável em termos operativos, mas também uma base de legitimação importante, um recurso e uma salvaguarda de que os actores, particularmente os subordinados, podem lançar mão para reivindicar, ou simplesmente para assumir, determinadas formas de intervenção. Entre as situações caracterizadas, por um lado, pela existência de regras formais -legais, eventualmente detalhadas e precisas, e, por outro, pela existência de

regras/regularidades mais imprecisas, de actualização eventualmente mais espontâneas, distinguirei tipos de participação com base nos tipos de regras já anteriormente caracterizadas (formais, não-formais, informais).

Participação formal

È uma forma de participação que, de certo modo, reproduz a participação decretada, no sentido em que está sujeita a um corpo de regras-formais legais relativamente estável, explicitado e organizado, estruturado de forma sistemática e consubstanciado num documento (estatuto, regulamento, etc.) como força legal ou hierárquica. A participação formal é aquela que é praticada por referência exclusiva ou predominante às regras formais que, por regulamentarem a participação a um nível normativo, tendem a assumir um carácter muito preciso e a impor orientações e limitações que devem ser observadas em conformidade. Uma vez consagrado o direito de participar, as regras formais regulamentam o exercício desse direito, organizam e estruturam a participação, legitimam certas formas de intervenção e impedem formalmente outras. Sobretudo em administrações de tipo centralizado, a sua produção é de carácter supra -organizacional, e as regras instituídas são em princípio, de aplicação universal. Neste sentido, a participação formal é uma participação normativamente referenciada, prevista e regulamentada, podendo ser entendida como participação legalmente autorizada ou simplesmente como participação legal. (ibidem)

Participação não-formal

A participação não-formal é realizada tomando predominantemente como base um conjunto de regras menos estruturadas formalmente, geralmente constantes de documentos produzidos no âmbito da organização em que, portanto a intervenção dos actores na própria produção de regras organizacionais para a participação pode ser maior. Uma vez em completa articulação com as disposições legalmente instituídas, a participação não-formal representa um desenvolvimento, de ponto de vista operacional, atribuído a certos Órgãos na organização, tornando possível a realização de participação formalmente considerada. Outras vezes, admitem – se outros desenvolvimentos e adaptações não previstos formalmente ou até relativamente contraditórios com as orientações estabelecidas, embora em organizações não dotadas de autonomia tais contradições podem ser frequentes. Em todo o caso, a participação praticada por referência a regras não formais representará sempre uma interpretação organizacionalmente localizada das regras formais, podendo de diversas formas constituir-se como adaptação, ou mesmo como alternativa. (idem)

Participação informal

È realizada por referência a regras informais, não estruturadas formalmente, produzidas na organização e geralmente partilhadas em pequenos grupos. Revela de regras que podem não ser percebidas enquanto tal, mas que constituem orientações informais actualizadas, por vezes com uma certa regularidade, eventualmente à margem de estatutos e regulamentos. Emerge na/ da acção organizacional passando a constituir –

se como orientação possível para acções subsequentes. Trata-se de uma participação que, pelo menos, acrescenta sempre algo à participação formal e à participação não-formal, podendo ser orientada em sentido diversos aos apontados por aquelas. Ao actualizar uma participação informal, pode-se afirmar que os actores participam de outra forma, elegem objectivos ou interesses específicos não definidos formalmente, orientam – se, em certos casos, por oposição as certas regras estabelecidas, ou em complementaridade a essas regras, perspectivadas como insuficientes, desajustadas, ou, simplesmente, indesejáveis. E fazem-no fazendo-o, sem que para tal tenham de recorrer a regra anteriormente estabelecidas e formalizadas, e sem terem que afirmar e reconhecer abertamente, antes ou depois que o fazem. (lima, 2003: 79)

Envolvimento.

As atitudes e o empenhamento variável dos actores face às suas possibilidades de participação na organização, em termos de mobilização de recursos e de vontades convocados/empenhados na tentativa de defender certos interesses e de impor certas soluções, pode ser designado, em termos gerais, por envolvimento. Toda a participação acarreta algum tipo de envolvimento quer este seja traduzido em formas de acção e de comprometimento mais ou menos militante, ou, pelo contrário, pela rejeição do activismo que cede o lugar a formas de intervenção orientadas por um certo calculismo ou mesmo por uma certa passividade. Desta feita é possível classificar o modo como um actor ou um grupo/categoria de actores participa na organização por referência a um continuum que agrupa e organiza elementos que, em última análise, são de carácter avaliativo. Não obstante, o sentido de avaliação/classificação é, num primeiro momento, sobretudo de carácter descritivo, só podendo, em rigor, sem tomado como juízo crítico de participação por referência a um padrão normativo de apreciação que destaque as orientações e discrimine os valores tomados como referência. (Lima, 2003:77)

Participação Activa

Segundo Lima (2003) a participação activa caracteriza atitudes e comportamentos de elevado envolvimento na organização, individual ou colectivo. Traduz capacidade de mobilização para acção, conhecimento aprofundado de direitos, deveres e possibilidades de participação, atenção e vigilância em relação a todos os aspectos considerados pertinentes, afirmação, defesa e alargamento de margens de autonomia dos actores e da sua capacidade de influenciar as decisões. Não despreza as garantias formais oferecidas, procurando mesmo desenvolvê-las e conquistar outras, e utiliza uma variada gama de recursos que podem ir da eleição de representantes, da participação nas reuniões, divulgação de informação, produção de propostas, elaboração de requerimentos, petições etc., até formas de contestação e de oposição, como recurso a lutas sindicais, greves etc.(idem)

Participação reservada.

Situa-se, teoricamente, segundo o mesmo autor, num ponto intermédio entre a participação activa e a participação passiva. Não rejeitando a priori a possibilidade de intervenção e o recurso à participação activa, orienta-se contudo com diferente sentido

táctico, podendo evoluir, se até por arrastamento, para formas de participação activa ou passiva. Caracteriza-se por uma actividade menos voluntária, mais expectante ou mesmo calculista, através da qual não empenha definitivamente recursos, aguardando eventualmente para tomar uma posição mais definida, ou quedando-se pela posição de partida como forma de proteger outro tipo de interesses, de não correr certos riscos, de não comprometer o futuro...

Não revela uma posição de desinteresse ou de alheamento acentuado, podendo mesmo admitir a tomada de certas posições e de algum tipo de acção, utilizando alguns dos recursos indicados para caracterizar a participação activa. Representa, frequentemente, a posição de largos sectores, ou mesmo de maiorias, que as facções ou os diversos grupos em confronto se esforçarão por persuadir e de cuja conquista pode depender o sucesso de certas acções. Quando evolui para forma de participação activa fá-lo, geralmente, por razões consideradas muito fortes (por imperativo...), justificadas e publicitadas, algumas vezes não sem antes negociar e condicionar a sua intervenção.

Participação passiva.

Na óptica do autor acima referido, participação passiva caracteriza-se atitudes e comportamentos de desinteresse e de alheamento, de falta de informação imputável aos próprios actores, alienação de certas responsabilidades ou de desempenho de certos papéis, de não aproveitamento de possibilidades, mesmo formais, de participação. Sem romper frontalmente com a ideia de participação e sem recusar a possibilidade de vir a intervir activamente, fica-se na maioria dos casos por uma certa apatia.

O absentismo em geral e a falta de comparência a certas reuniões, as dificuldades de eleição de representantes, a resistência oferecida à aceitação de certos caros e funções, a falta de informação e o desconhecimento da regulamentação em vigor na organização, especialmente a relativa à participação, são alguns dos elementos mais comuns que a caracterizam.

Configura, frequentemente, uma estratégia de não envolvimento ou de um envolvimento mínimo, sem expressão na acção. Não sendo indiferentes aos cursos da acção e ao tipo de políticas e de decisões tomadas, os actores parecem descrer das possibilidades de influenciar as decisões ou recusam o preço que para tal poderiam ser forçados a pagar, preferindo remeter um papel de luta e reivindicação para certas minorias activistas, para uma vanguarda que ora valorizam e admiram, ora desvalorizam e criticam. (idem)

Orientação

Para Lima (idem) a participação praticada nas organizações toma por referência determinados objectivos, a partir dos quais é estruturada e desenvolvida. Assim, a participação dos actores (superiores e subordinados) poderá ser orientada de acordo com diferentes objectivos com expressão na organização podendo-se a propósito falar de objectivos da organização ou de objectivos fixados pela organização, e de objectivos de organização. Em rigor, não existem objectivos da organização ou fixados pela organização, dado que mesmo os objectivos oficiais, formais, são sempre seleccionados por alguém para vigorarem nas das organizações humanas. Por outro lado, os objectivos

existentes na organização incluirão, para além dos objectivos formais, outros objectivos complementares, alternativos ou mesmos antagónicos, seleccionados por diferentes estratos, categorias etc.

Admite-se, portanto mais coexistência de diferentes tipos de objectivos na organização, não necessariamente consensuais, e até os objectivos formais podem não ser interpretados da mesma forma em diferentes níveis e estruturas e por diferentes estratos sociais da organização. Não obstante, considere agora a participação praticada segundo a orientação adoptada face aos objectivos oficiais, em relação aos quais, de um ponto de vista formal, se estruturam e organizam os elementos humanos e materiais e se avaliam os resultados obtidos. Deste modo, os actores participantes pautarão a sua acção no sentido de realizarem os objectivos oficiais, aceites mais ou menos consensualmente, ou, pelo contrário, de os contestarem, opondo-os a outros e procurando, eventualmente, substituí-los. (Lima, 2003: 78)

Participação convergente

Lima define participação convergente como sendo orientada no sentido de realizar objectivos formais em vigor na organização, reconhecidos e tomados como referência normativa pelos actores participantes. Porém, não implica necessariamente que os recursos utilizados e as formas de participação praticadas para atingir tais objectivos sejam apenas os formalmente previstos e oficialmente estabelecidos. A consecução dos objectivos formais pode vir a justificar a legitimar formas alternativas de intervenção. É, em todo o caso, uma participação orientada para o consenso, no que toca os objectivos, poder assumindo formas de grande empenhamento e de militância, ou até mesmo de emulação, ou, pelo contrário, ceder lugar à ritualização e ao formalismo, operando como obstáculo à inovação e à mudança.

A convergência em relação aos objectivos oficiais pode ainda, pelo contrário, configurar-se como divergência em relação à hierarquia organizacional sempre que esta promova, não formalmente, outros objectivos, ou substitua unilateralmente aqueles. A própria interpretação rigorosa, à letra, dos objectivos oficiais pode estar na origem de orientações excessivamente zelosas, utilizadas como recurso contestatário e de oposição. (Lima, 2003: 79)

Participação divergente.

Segundo o mesmo autor, quer seja situando-se num estágio intermédio, em busca de orientação (convergente divergente), quer seja, sobretudo, orientando-se em sentidos diversos, ou contrários, dos apontados pelos objectivos formais, a participação divergente opera uma certa ruptura, ainda que transitória, como pode eventualmente acontecer no primeiro caso, com as orientações oficialmente estabelecidas. Não obstante, ela pode ser diferentemente interpretada como uma forma de contestação ou de boicote (reaccionária ou progressiva), ou recusada de um ponto de vista formal) com vista a renovação, ao desenvolvimento, à inovação e à mudança.

Será obviamente, o carácter e o conteúdo dos objectivos formais, o processo democrático, ou não, seguido para a sua selecção, face aos pontos de vista dos actores, que legitimará os diferentes sentidos que lhe podem ser conferidos.

3.1.– Tipologia da participação na organização escolar, na perspectiva de Licínio Lima.

Como base nos critérios enunciados (democraticidade, regulamentação, envolvimento orientação) é através de um processo de conjugação de diferentes forma e tipos de participação, será possível estudar e qualificar a participação praticada pelos actores na organização (...). Mesmo sendo certo que a consagração da participação democrática, enquanto princípio normativo de referência, autorizará a formulação de juízos e avaliações que tomem como padrão os valores nela contidos ou a ela associados _ e, neste caso, certas modalidades de participação afastam-se mais de que outras em relação a uma situação democrática idealizada (Participação passiva, por exemplo) _, é indispensável remeter esta questão para um quadro de análise que atenda à diversidade de situações e de interesses, que questione os significados formais e normativos de participação, que examine cuidadosamente as áreas de influência previstas para os sectores, o tipo de decisões que está previsto que legitimamente podem influenciar u tomar etc.

Neste sentido, segundo a ideia do autor, não é legítimo valorizar certos tipos de participação constante do quadro conceptual, em detrimento de outros, tomando por base critérios nominativos ou outros, sem exame de situação de participação mesmo de um ponto de vista político. Recorde-se, meramente a título de exemplo, que os professores foram frequentemente acusados de passividade durante períodos de crise e de agitação estudantil durante o regime autoritário.

Não-participação.

A não-participação é, na perspectiva do autor, uma das orientações possíveis que pode igualmente concentrar diferente significados. De resto, o seu tratamento conceptual poderá seguir um esquema idêntico ao que foi utilizado para o estudo da participação.

Embora se possa afirmar ue a consagração normativa da não-paticipação é mais rara, até pelo facto de os textos jurídicos empregarem predominantemente um discurso afirmativo, é pelo menos de admitir uma não-participação consagrada por omissão _por exemplo, não nomeando, ou não prevendo, a participação de certos actores, ou consagrando modalidades de participação que, ao carecerem de regulamentação posterior para a sua realização, podem vir afastar certos actores, contrariando deste modo,um princípio geral antes enunciado.

Recorde-se a título de exemplo, que a Constituição Caboverdiana, embora consagrasse formalmente direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos, enumera diversos princípios reguladores e limitadores desses direitos, apontando para leis específicas de regulamentação que viriam a condicionar fortemente o exercício de liberdade de expressão, de reunião, de associação etc, impossibilitando assim a realização de formas e participação aparentemente consagradas.

A não participação decretada é pois, mais frequente, mesmo nos casos em que a participação é consagrada como princípio de realização da democracia.. Não só nos casos em que prevê e regulamenta a participação de certo actores, em certas áreas de

intervenção, não nomeando outros e não permitindo certos tipos de participação em outras áreas, mas também por referência expressa àqueles a quem está vedada a capacidade de participar.

Por exemplo em cargos sujeitos a eleição a existência de impedimentos formalmente estabelecidos para o seu acesso pode, em certas circunstâncias, representar uma forma de não- participação imposta ou forçada, como aconteceu com a eleição dos membros para os conselhos directivos das escolas secundárias que muitas das vezes esses Órgãos praticamente não são eleitas mas sim designadas, por um grupo de pais. É com esse propósito que levou-me a criação da Associação dos Pais e Encarregados da Educação. Outras formas de não-participação decretada são frequentemente estabelecidas quando, perante uma situação de participação decretada, se estabelecem excepções, ou se indicam casos particulares em que tal participação não é permitida, como acontece por exemplo, com os representantes dos alunos nos conselhos de turmas,, que têm sua participação garantida mas impedida quando aquele Órgão se reúne para tratar de assuntos relativos a exames e a avaliações em final de período lectivo, considerados confidenciais.

Também no plano das orientações internamente produzidas a não-participação pode ser objecto de regras não-formais e de regras informais, quer através de consensos organizacionalmente estabelecidos, quer através da imposição de certas orientações e práticas por parte de certos grupos e subgrupos sobre outros _ seja como desenvolvimento e operacionalização de regras formais de não-participação, seja enquanto limitação mais ou menos subtil de possibilidades de participação formalmente estabelecidas

Considerando o plano de acção organizacional, poder-se-á falar de não-participação praticada, situação caracterizada pela actualização, entre outras de algumas das regras acima referidas ou da sua combinação. É, assim, a não-participação praticada pode teoricamente ser impostas ou forçada, tomando por referência predominantemente orientações externas e/ou internas; pode ser uma não participação induzida, uma situação organizacional em que, mesmo que a participação esteja decretada, os arranjos organizacionais concretos, as práticas participativas previstas, as condições, os recursos e as possibilidades reais de participação podem conduzir a situações objectivas e subjectivas convidativas e facilitadoras da não-participação; ou pode, ainda, ser actualizada predominantemente na base de orientações meramente individuais ou de opções estratégicas de grupos e subgrupos, sem que se descortinem elementos concretos de imposição ou de indução de não participação, a que chamarei não participação voluntária.

3.1.1 – Tipologia de não-participação

Na óptica de Lima (2003, 89), pode-se afirmar que a não-participação mantém, por vezes, traços comuns com a participação passiva (desinteresse, alheamento, falta de informação, alienação de responsabilidade etc.), mas que tais traços são agora exagerados num quadro que rompe já com a ideia e com prática da participação, rejeitando o envolvimento nos processos de decisão, recusando a eleição de representantes, não ensaiando formas alternativas de participação etc.

A distinção nem sempre será fácil, devendo ser apoiada pelo exame da extensão, da frequência, da importância atribuída pelos actores e dos significados conferidos à ocorrência de manifestações que contrariam os pressupostos democráticos e participativos de um determinado modelo organizacional vigente. Representando a participação passiva uma forma relativamente marginal de participação, a não-participação representa uma alteração de grau, uma ruptura assinalável, ainda que não necessariamente definitiva.

Nos casos em que a participação na decisão, segundo o autor, se encontra consagrada e regulamentada em termos organizacionais, não se podendo falar de uma não – participação imposta generalizadamente, os fenómenos de não-participação mantêm estreitas relações com a situação organizacional concreta de participação, uer de ponto de vista das orientações, quer de ponto de vista das práticas.

Neste sentido, uma prática participativa caracterizada pela difícil acessibilidade aos centros de decisão, pela passividade e pelo formalismo, aproxima-se consideravelmente de uma situação teórica de não-participação, podendo facilmente evoluir para ela. Ou seja, em situação organizacional formalmente democrática e participativa, não participação constitui, frequentemente, um fenómeno cujas razões e explicações devem ser procuradas no contexto organizacional e nas práticas participativas anteriores; uma participação actualizada predominantemente por razões de mero cumprimento de disposições legais, por formalidade, que podemos designar por participação pró forma, sem garantia de influência notória nos processos de decisão, sem proveitos ou ganhos para os actores em termos identificados e definidos por estes, poderá representar uma espécie da participação ad gloriam, não resistindo por muito tempo à ausência de benefícios não meramente morais ou ideológicos.

Então, a generalização dos fenómenos de não-participação será certamente, um dos resultados possíveis. E isto mesmo em organizações normativas em que segundo Amitai Etzioni, o poder normativo constitui a forma privilegiada de controlo sobre os participantes dos níveis inferiores e este se caracterizarão por uma participação positiva ou de engajamento. Pelo contrário, quer a participação calculista quer a participação negativa ou alienativa (segundo a terminologia do autor), embora consideradas incongruentes, têm sido referidas com diversos estudos que contradizem Etzioni.

Mesmo quando, de um ponto de vista teórico, seria de esperar uma participação activa como dominante, não são raros os trabalhos e os dados empíricos que destacam a existência de formas de participação passiva ou mesmo de não-participação, embora a terminologia adoptar para classificar estes fenómenos seja muito diversificada. Com efeito, não basta considerar as bases de poder dominantes na organização, nem se quer o eventual propósito de conquistar ou aumentar espaços de intervenção e de autonomia, para deles extrair tipos congruentes de participação.

Embora importante, a consideração de tais elementos não dispensa a análise das dimensões estratégicas da participação e da não-participação - estratégias, entre outras, de participação dos actores no sentido de conquistar maior autonomia institucional e capacidade para definir objectivos organizacionais, estratégias individuais de defesa, mesmo que a custa da dimensão institucional e da autonomia colectiva, estratégias colectiva de não-participação como forma de salvaguardar espaços de autonomia já conquistado, de proteger interesses, de evitar novas formas de controlo etc.

Falar hoje da participação dos pais na escola é pouco problemático pois, normalmente o tema suscita, de imediato, um enorme consenso. No entanto, frequentemente este consenso é algo equívoco, porquanto favorece o esquecimento da diversidade de formas que esta participação pode assumir, assim como das contradições existentes entre elas. Nos tempos mais recentes tem havido, uma maior abertura da escola ao exterior, através da multiplicação e diversificação das suas formas de contacto com as famílias, desde a presença dos representantes dos pais nos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino às sessões informativas aulas abertas, exposições, noites recreativas e, até, piqueniques.

A participação e a democratização num sistema público de ensino é um meio prático de formação para a cidadania. Essa formação se adquire na participação no processo de tomada de decisões. A criação da Associação de pais representa uma parte desse processo. Mas elas fracassam quando instituídos como medida isolada e burocrática. Elas só são eficazes num conjunto de medidas políticas, num plano estratégico de participação que vise à democratização das decisões.

A população precisa, efectivamente, apropriar-se das informações para poder participar; ela precisa compreender o funcionamento da administração – em particular, do orçamento – e as leis que regem a administração pública e limitam a acção transformadora.

A participação exige aprendizado. Principalmente quando se trata de uma população que, historicamente, tem sido alijada dos processos decisórios de seu país. As experiencias revelam que tanto a comunidade externa como à comunidade interna à escola apresentam limites à participação. Para o efeito exercícios da gestão democrática da escola é necessário capacitar todos os seus segmentos principalmente pais e alunos respondendo às exigências dessa prática. Assim sendo, a escola deve, portanto, comprometer-se com esta capacitação.

Se desejamos que a população se incorpore à vida social com presença activa e decisória, não podemos conceber a definição da política educacional e a gestão escolar com carácter centralizador e autoritário. O processo de consulta e intervenção por parte dos pais e encarregados de educação junto aos órgãos escolares deve ser prática constante. Nesse sentido, devem ser organizados seminários, assembleias, debates, encontros, etc. devem ser promovidos para esclarecer a população e contar com a sua participação, seja na definição das políticas educacionais, seja na vivencia delas na prática quotidiana.

4. METODOLOGIA

A consecução dos objectivos delineados implica a realização de uma vasta gama de actividades de análise de documentos sobre a relação escola - pais e encarregados de educação, encontros de socialização de estatutos de Associação dos pais e encarregados de educação, de planos de actividades da Associação e da eleição dos seus órgãos directivos.

Assim, a participação e o envolvimento efectivo de todos quanto nela estejam ligados é uma das condições fundamentais do sucesso deste projecto de intervenção. Estou a referir-me a: pais e encarregados de educação, parceiros que possam cooperar com a Associação, nomeadamente, a Bornefonden, Câmara Municipal, Associações Comunitárias, Centro de formação profissional, escolas estrangeiras, Delegacia de Saúde, Polícia Nacional e Bombeiros.

O ambiente favorável à criação dessa Associação é construído pelo envolvimento de toda a comunidade educativa. Procurando desde o início que todos os intervenientes entendam a necessidade e vejam a oportunidade da sua escola ser objecto de intervenção que é a criação de Associação dos pais e encarregados de educação, necessidade que se fazia sentir já há algum tempo.

5. PLANO DE ACÇÃO.

Para a preparação do Plano de Actividades, a Direcção da APEESACS (Associação de pais e encarregados de educação da Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva) teve por base as principais finalidades, designadamente:

- a) Fomentar uma colaboração permanente entre os alunos, corpo docente e famílias;
- b) Criar e manter condições para uma efectiva participação das famílias na tarefa educativa, como é seu direito e dever;

O Plano de Actividades para o biénio 2010-2011, que a seguir se apresenta, está dividido em três partes, nomeadamente: Medidas Organizacionais, Iniciativas Temáticas e Acção Externa.

Assim:

✓ Medidas Organizacionais

- Sensibilizar os Pais e Encarregados de Educação a tornarem sócios efectivos.
- Criar uma Base de Dados dos Pais e Directores de Turma;
- Fazer um levantamento das opiniões / sugestões / preocupações / propostas dos Pais e Encarregados de Educação;
- Abrir uma conta bancária da Associação, em que serão depositadas as quotas dos Associados e eventuais donativos que venha a receber;
- Estabelecer uma estreita ligação com as associações comunitárias, no sentido de identificar em cada localidade os alunos que necessitam de apoios em termos de materiais escolares e para pagamento de propinas;
- Angariar fundos para apoiar os jovens e adolescentes indicados como mais carenciados;
- Trabalhar em sintonia com a sub-direcção para os Assuntos Sócio - Comunitários.
- Manter os Pais informados sobre a actividade da APEESACS, pela página da APEESACS e Correio Electrónico;
- Realizar reuniões periódicas, conforme os Estatutos;
- Estabelecer uma relação sólida com a Escola Secundária no sentido de trabalhar para o mesmo fim: o sucesso dos alunos;

- Dinamizar a página Web da APEESACS
- Criar e dinamizar um Boletim Digital com periodicidade Trimestral a ser divulgado na página da Associação e por Correio Electrónico.

✓ **Iniciativas Temáticas**

- Criar e dar início à implementação do projecto de sessões formativas direccionadas aos Pais: Sobre Legislações relativas às Escolas Secundárias.
- Programar e desenvolver Conferências / Debates [Pais + Alunos + Professores]:
 - a) Como é a Escola onde estão os nossos filhos e filhas – (para os que entram pela primeira vez);
 - b) Educar: Responsabilidade Partilhada;
 - c) Plano de Vida e Carreiras;
 - d) Saúde, Drogas e outros produtos tóxicos;
 - e) Hábitos Saudáveis;
 - f) As novas tecnologias de informação e comunicação (Net + MSN + Telemóvel + SMS + Game Boy + PlayStation + MP3 + iPod) que exigem um uso controlado para evitar desvios.
 - g) Conferência sobre Segurança na Internet – “Riscos On-line para os jovens: Como se podem minimizar”
 - h) Segurança Interna e Externa do Espaço Escolar – “Escola de Paz”.
 - i) Que Valores e Princípios devem nortear os alunos no estabelecimento do ensino e fora deste.

✓ **Acção Externa**

- Representar nas acções onde é convidado e onde tem acento (como por exemplo no Conselho da Comunidade Educativa).
- Fazer parte de outras Associações comuns à APEESACS.

6. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Tendo em vista alcançar os objectivos supracitados consideram – se dois eixos de actuação estratégica, um pedagógico e um organizacional, sendo evidente que acções desenvolvidas não podem ter reflexo apenas na Associação, mas também em toda a comunidade educativa.

▪ Eixo pedagógico

Neste eixo inserem – se acções com reflexo nos resultados escolares, no abandono escolar, desmotivação para os estudos, como sejam, a definição de estratégias adequadas com a parceria da sub- direcção pedagógica, à promoção do sucesso escolar, a definição de mecanismos de apoio aos alunos, a articulação de procedimentos com pais e encarregados de educação, a orientação e valorização do trabalho do aluno, a disponibilização de recursos e de condições de apoio ao sucesso pedagógico, a articulação entre os directores de turmas e professores, de forma a ter o conhecimento aprofundado sobre a avaliação dos alunos.

▪ Eixo Organizacional

Este compreende acções com incidência a ajudar a escola na organização e funcionamento das estruturas, na articulação entre ciclos de ensino, e ainda acções que permitam a rentabilização e eficácia de gestão de recursos materiais, humanos e financeiros, factores indissociáveis do sucesso educativo.

7. APEESACS - CRONOGRAMA

Até finais deste ano lectivo 2010/2011, a sua actividade será centrada, essencialmente, nas medidas organizacionais e na acção externa, pelo facto da Associação estar a dar os seus primeiros passos e, por isso, necessita de criar um conjunto de instrumentos necessários à sua operacionalização.

A partir do ano lectivo 2010/2011, espera-se poder contar, com o envolvimento dos pais e com a ajuda da escola, que já demonstrou a disponibilidade em nos apoiar, implementar as acções das “Iniciativas Temáticas”.

Actividades	Meses				
	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Criação e dinamização da Associação dos pais e encarregados da educação;					
Constituição de uma comissão organizadora;					
Encontro de sensibilização com os pais e encarregados de educação nas zonas de : Canelo, Achada Fazenda e Vila de Pedra Badejo;					
Elaboração de Estatutos da APEE;					
Assembleia Constitutiva para eleição dos órgãos e aprovação dos estatutos da APEE,					
Escrituração pública da APEE e Publicação dos Estatutos da APEE;					
Empossamento dos órgãos directivos					
Elaboração do plano de acção da APEE para dois anos lectivos, tendo em conta o objectivo do presente projecto					
Aprovação do plano de acção pela Assembleia					
Entrega do projecto de intervenção					

8. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJECTO:

Agnelo José Ramos (estudante do curso de supervisão e orientação pedagógica), Direcção da Escola, um representante da Câmara Municipal., um representante da BorneFonden, e um representante das Associações comunitárias existentes no Concelho de Santa Cruz.

9. BENEFICIÁRIOS

9.1- Beneficiários directos –

- Pais encarregados de educação e alunos.

9.2- Beneficiários indirectos

- Escola Secundária e a toda comunidade educativa.

10. RESULTADOS ESPERADOS

- Criada a Associação dos Pais e Encarregados da Educação da escola Secundária Alfredo da Cruz Silva;
- Pais melhor capacitados a participarem na vida da Escola;
- Pais/ Encarregados da Educação em melhor sintonia com a gestão da escola Secundária Alfredo da Cruz Silva;
- Pais e encarregados da educação mais implicados no sucesso escolar e educativos dos seus filhos/educandos;
- Identificadas as áreas e estratégias de intervenção dos Pais e encarregados de Educação que reforçam a participação na gestão da escola;
- Alunos com melhores hábitos de trabalho e atitudes de cooperação nomeadamente, assiduidade, pontualidade e cumprimento atempado das suas obrigações escolares respeitam pelo trabalho dos colegas e disponibilidade para a entreaajuda;
- Encarregados de educação mais actuates na vida da escola, conhecedores e participantes no desenvolvimento do projecto educativo e do plano anual de actividades e mais;
- *Reforçadas as parcerias entre as entidades oficiais e particulares, e a escola em favor dos interesses dos alunos;*

- *Mais actividades culturais, recreativas, desportivas e de ocupação de tempos livres, debates, sessões de estudo ou outras actividades afins sobre problemas da educação promovidas com a intervenção dos pais;*

11. ORÇAMENTO

Publicação de Estatutos	7000\$00(Seze mil escudos)
Tiragem de estatutos	10.000\$00 (Dez mil escudos)
Materiais de consumo de secretaria	20.000\$00 (vinte mil escudos)
Concurso para criação de logótipo da Associação	15.000\$00 (Quinze mil escudos)
Total do orçamento	52.000\$00(Cinquenta e dois mil escudos)

12. ANÁLISE

Consideramos de vital importância que, para a criação e implementação da Associação dos pais e encarregados de educação, seja tido em conta a aplicação de um instrumento de análise estratégica que permita claramente diagnosticar a situação em que se encontra a organização (os seus aspectos positivos e negativos, as suas potencialidades e fraquezas). Para que se possa definir linhas orientadoras de actividades educativas, articulando as características da comunidade e do meio envolvente, com os recursos disponíveis, e dos que irão ser mobilizados a fim de implementar projectos de forma a tornar uma escola virada para toda a comunidade educativa. Por isso, recorreremos a uma ferramenta de gestão de simples aplicação que é utilizada em qualquer tipo de análise.

A análise SWOT, sigla que provém do inglês e que representa as iniciais de STRENGTHS (forças ou ponto fortes), WEAKNESSES (fraqueza ou pontos fracos), OPPORTUNITIES (oportunidades) e THREATS (ameaças), consiste em proceder o levantamento dos pontos fortes e fracos, que determinam a posição interna actual da organização (ambiente interno), externo, antecipar as oportunidades e prever as ameaças a que esta está voltada (ambiente).

É, ainda importante perceber que o ambiente interno da instituição está sob o seu próprio controlo, pois ele é o resultado da aplicação de estratégias de actuação definidas pelos seus elementos. Assim, se fizer o destacamento de um ponto forte, este deve ser entendido à luz das organizações positivas.

Perante um ponto fraco, deve – se definir estratégias de actuação para o alterar, controlar ou minimizar os seus efeitos.

12.1. Análise do ambiente Interno da Instituição

Pontos Fortes	Ponto Fracos
<ul style="list-style-type: none">- Bom clima de escola, promovido pelo professor;-Corpo docente estável;- Protocolos eficientes com entidades externas;- Gabinete de apoio ao aluno e à família, com a intervenção da Embaixada dos estados Unidos da América (USA);- Tecnologia da Educação (Kit tecnologia, internet da escola, Internet para professores e alunos;- Cartão de identificação de alunos; Excelente parceria com uma escola amiga dos Estados Unidos de América;	<ul style="list-style-type: none">- Falta de uma Associação dos Pais e encarregados de educação;- Debilidades ao nível de acção de um plano global integrado que apoie alunos com dificuldades de aprendizagem;- Pouca implicação dos alunos no seu processo de aprendizagem;- Falta de valores cívicos, por parte dos alunos;- Aumento de comportamentos inadequados por parte dos alunos;-Falta de trabalho sistemático, por parte dos alunos;-Deficientes métodos de estudo;

12.2 – Análise do ambiente Externo.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de protocolos de colaboração com entidades externas, com vista à melhoria de qualidade de serviço prestado;- Diálogo e articulação com parceiros institucionais (Câmara Municipal, Centro de formação profissional, rádio comunitário, ONG, Bornefonden, OMCV,);- Atribuição de prémio aos melhores alunos;	<ul style="list-style-type: none">- Fracas expectativas dos pais/encarregados de educação relativamente ao futuro dos seus educandos;-Pouca participação dos pais/encarregados de educação no processo educativo;-Não existência de uma associação dos pais/encarregados da educação;

Segundo Creemers e Hoebens citado por Alaiz), uma gestão eficaz da escola implica uma mudança educacional planeada, que valorize não só os resultados da aprendizagem dos alunos, mas também a capacidade da escola e a comunidade educativa em gerir os processos de mudanças conducentes a esses mesmos resultados. É este, uma vez mais, o objectivo a que nos propomos, na certeza de que seremos capazes de dar resposta às constantes mudanças.

Não esquecendo, porém, que estes objectivos só serão possíveis se todos os pais e encarregados de educação se envolverem na sua consecução, cientes de que o seu contributo é fundamental para o sucesso da escola.

Da nossa parte comprometemo-nos a pautar a nossa acção em valores que incluem o rigor, a integridade, a eficiência, a responsabilidade e o serviço à comunidade educativa. É essa vontade, é esse o nosso sentir, até porque nada de grande se realizou no mundo sem paixão (G. Hegel).

Considerações finais

No final do presente trabalho temos o sentimento de ter contribuído para instrumentalizar a relação escola comunidade através da criação da Associação dos Pais e Encarregados de Educação. Tal processo não podia ser concebido sem uma abordagem teórica, tendo em conta o quadro em que se insere, pois, trata-se de um trabalho académico.

Por conseguinte, foi possível teorizar o associativismo de pais encarregados de educação na linha da democratização da sociedade, algo corrente nos tempos actuais tanto a nível global como local.

Os objectivos inicialmente traçados foram alcançados mas o processo não termina, pois, o mesmo tem um tempo de execução que ultrapassa o prazo da entrega do presente trabalho. No entanto, importa fazer algumas considerações sobre a forma como os pais encaram o processo. Durante a nossa intervenção na parte prática deste trabalho, foi possível constatar que os pais têm consciência que há necessidade da criação da associação e do acompanhamento dos filhos. Essa consciência é evidente pelo grau de envolvimento que verificamos no decurso das acções desenvolvidas.

De realçar, também, que tal atitude constitui uma força favorável para o desenvolvimento da educação na perspectiva da integração e envolvimento social. Com efeito, a educação é tarefa de todos e o associativismo de pais é algo viável e útil ao processo.

BIBLIOGRAFIA

- ALAIZ, V., GÓIS, E. GONÇALVES, C. (2003). Auto – Avaliação de escolas – Pensar e Praticar. Porto: Edições ASA.
- BARROSO, João, (2005) – Políticas Educativas e Organização Escolar. Lisboa: Universidade Aberta.
- DELORS, J. et alii. (1996) Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Edições ASA.
- FREIRE, Paulo, (1991, p127) A escola e as mudanças)
- GADOTTI, M. e ROMÃO, José E (1997). autonomia da escola – princípios e respostas
- JORGE, A. Lima, -(2002) - Pais e professores um desafio à cooperação (coleção em foco) Edições ASA.
- Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano (Maio de 2010).
- LIMA, Licínio C (2003), organização escolar e democracia radical

ANEXO

ENCONTRO DE SOCIALIZAÇÃO DE IDEIAS PARA A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DA EDUCAÇÃO.



ASSEMBLEIA PARA A ELEIÇÃO DA COMISSÃO DINAMIZADORA

Se quiser guardar a imagem, clique no ícone de seta para cima no canto superior direito da imagem. Se quiser imprimir a imagem, clique no ícone de impressora no canto superior direito da imagem.

ANEXO

ENCONTRO DE SOCIALIZAÇÃO DE IDEIAS PARA A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DA EDUCAÇÃO.



ASSEMBLEIA PARA A ELEIÇÃO DA COMISSÃO DINAMIZADORA

